



Número: **0801349-56.2020.8.15.0601**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Belém**

Última distribuição : **14/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA CELIA ALVES DA SILVA (REPRESENTANTE)		Ronaldo de Lima Clementino (ADVOGADO)	
M. D. C. S. (AUTOR)		Ronaldo de Lima Clementino (ADVOGADO)	
M. D. S. C. (AUTOR)		Ronaldo de Lima Clementino (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42668823	04/05/2021 22:24	<a href="#">Petição</a>	Petição

**AO JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELEM/PB.**

**Processo n.º 08013495620208150601**

**ANA CÉLIA ALVES DA SILVA E OUTROS**, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, também já qualificado nos autos em colendo, vem respeitosamente requerer o quanto segue, conforme abaixo exposto:



Tendo em vista que, em sede meritória, a seguradora Ré, sob infundados argumentos, pugnou pela improcedência total da lide, pela suposta invalidade da documentação apresentada pela autora, vem requerer, esta, portanto, a produção de PROVA MATERIAL, no tocante A EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS que estão em poder da Seguradora Líder, ora demandada.

Esclareça-se que, a Promovente, apresentou todos os documentos exigidos para a liquidação do prêmio do seguro DPVAT (vide id's. 34275789 e 34275790), todavia, a seguradora Ré **negou o pagamento** da referida indenização securitária. Todavia os documentos encaminhados via Correios não foram devolvidos a autora e, de igual modo, não foram acostados aos autos pela Seguradora Ré.

Assim sendo, anota-se que a produção de prova documental por meio de exibição de documentos, não é apenas importante, como indispensável para o perfeito deslinde da matéria.

O presente pedido tem fundamento na redação do Novo CPC, que assim dispõe:

Art. 396. O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa que se encontre em seu poder.

Art. 397. O pedido formulado pela parte conterà:

I - a individuação, tão completa quanto possível, do documento ou da coisa;

II - a finalidade da prova, indicando os fatos que se relacionam com o documento ou com a coisa;

III - as circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento ou a coisa existe e se acha em poder da parte contrária.

Trata-se de meio cabível para a obtenção de documento essencial e necessário para o deslinde do litígio.

Ao lume do exposto, requer que V. Exa. se digne em determinar que o Réu promova a exibição judicial de todos os documentos exigidos para a liquidação do prêmio do seguro DPVAT e que foram encaminhados pela parte autora, conforme confirmação de cadastro do pedido emitido pela Seguradora Líder jungido no Id "[34275789](#)".



Nestes Termos em que,

Junte-se aos autos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 04 de maio de 2021

**Ronaldo de Lima Clementino**

**OAB/PB 15857**

